



**LEI Nº 2.781 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025**

**INSTITUI O PROGRAMA DE  
INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL  
(IATF), NO MUNICÍPIO DE MAJOR  
VIEIRA, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

**ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA**, Prefeita do Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Fica instituído o Programa de Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF) de Bovinos, por intermédio de ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pecuária visando o melhoramento genético do gado leiteiro e de corte das propriedades rurais do Município de Major Vieira.

**Art. 2º.** O Programa de Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF) tem como objetivos:

- I** - Estimular a IATF nas propriedades rurais do município visando produzir terneiros de qualidade com Estação de Monta e Parição bem definidos, proporcionando a formação de lotes padronizados com valor agregado;
- II** - Proporcionar suporte técnico aos agricultores, de forma direta ou mediante convênios com outras instituições governamentais ou contratação de empresas privadas, com vistas à introdução de manejos adequados, aumento da produção, reprodução e incremento das condições sanitárias do rebanho;
- III** - Aumentar a renda das famílias de pecuaristas através do estímulo a profissionalização da Atividade Pecuária;
- IV** - Incentivar o uso das tecnologias que proporcionam o melhoramento genético bem como a produtividade do rebanho do município, disponibilizando sêmen de qualidade reconhecida, tanto de origem nacional como importado, atendendo as necessidades de melhoramento genético de diversas raças;
- V** - Proporcionar aos produtores rurais a utilização de material genético de melhor qualidade, com touros melhorados;



**VI** - Promover melhores índices zootécnicos, bem como o controle das principais doenças que afetam os rebanhos bovinos, através da vacinação/prevenção e alimentação adequados;

**VII** - Reduzir os riscos de transmissão de doenças venéreas e/ou infectocontagiosas;

**VIII** - Promover a estruturação da produção rural, através da utilização de equipamentos e técnicas adequadas, incentivando a melhoria das estruturas necessárias para a pecuária nas propriedades (curral, água, cochos, pastagem, piquetes etc.), visando bons índices de produtividade e renda para as famílias;

**IX** - Organizar eventos técnicos e feiras;

**X** - Promover a capacitação dos produtores.

**Art. 3.º** O programa de Inseminação Artificial por Tempo Fixo, compreenderá:

**I** - Avaliação da sanidade do plantel dos animais;

**II** - Orientação para regularização das vacinas a serem implementadas por parte do produtor nos animais que integrem o programa;

**III** - Preparo dos animais mediante tratamento hormonal;

**IV** - Inseminação das matrizes;

**V** - Acompanhamento gestacional.

**VI** - Capacitação dos produtores e dos técnicos envolvidos no Programa, quando servidores do município.

**VII** - Fornecimento das doses de sêmen bovino, materiais de inseminação e hormônios utilizados nos protocolos de Inseminação Artificial em Tempo Fixo – IATF;

**Parágrafo único.** O sêmen a ser doado será adquirido sob a orientação dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pecuária, podendo o produtor escolher dentre os disponibilizados, qual será utilizado em seu plantel.

**Art. 4.º.** Para execução dos serviços do Programa de Inseminação Artificial em Tempo Fixo, o Poder Executivo Municipal, poderá firmar convênio(s) com órgãos dos Governos Estadual e Federal, contratar instituições privadas ou valer-se de profissional habilitado em seu quadro de servidores.



**§1.º** A concessão dos serviços de que trata a presente lei observará a disponibilidade de profissional habilitado no quadro de servidores do município, vigência de convênio(s) com órgãos dos Governos Estadual e Federal ou instituições privadas.

**§2.º** Havendo profissional habilitado, com disponibilidade, no quadro de servidores, veículo, combustível e todo o material necessário, o Município poderá executar os serviços de que trata a presente lei de forma direta.

**§3.º** Caso a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pecuária firme convênio(s) deverá indicar Médico Veterinário do seu quadro de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Programa.

**Art. 5.º** Para se habilitarem ao Programa de IATF os produtores rurais deverão atender aos seguintes requisitos:

**I** - possuir Inscrição Estadual de Produtor Rural vigente no momento da solicitação de ingresso no Programa, vinculado ao Município de Major Vieira;

**II** - ser produtor de bovinocultura no Município de Major Vieira;

**III** - possuir renda mensal total ou parcialmente proveniente da área rural, devidamente comprovada com a Nota de Produtor Rural;

**IV** - não possuir débitos com a Fazenda Pública Municipal;

**V** - manter atualizado o cadastro do seu rebanho bovino junto à CIDASC;

**VI** - fazer o controle sanitário do seu rebanho bovino com comprovação documental à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Pecuária;

**VII** - definir previamente a quantidade de animais, deixando-os em condições corporais adequadas para favorecer a gestação e incorporar o protocolo de sanidade preventiva.

**VIII** - possuir instalações e equipamentos adequados para contenção dos animais com o objetivo de não oferecer riscos à integridade física do executor da inseminação artificial.

**Art. 6.º** O Município, por intermédio da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Pecuária promoverá, quando possível, junto aos produtores rurais, orientação e conscientização sobre a importância do melhoramento genético do gado leiteiro e de corte.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA**  
CNPJ/MF 83.102.392/0001-27



**Art. 7.º** As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

**Art. 8.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Major Vieira/SC, 22 de outubro de 2025.

ALINE DAIANE RUTHES  
IARENHUK DA  
SILVA:00391205978

Assinado de forma digital por  
ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK  
DA SILVA:00391205978  
Dados: 2025.10.22 10:34:50 -03'00'

**Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva**  
**Prefeita Municipal**



**OFÍCIO GABINETE DA PREFEITA nº 917/2025**

Major Vieira/SC, 22 de outubro de 2025

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Silvio Kizema**  
Presidente da Câmara Municipal  
Município de Major Vieira

**Assunto:** Esclarecimento de Lei Municipal Ordinária.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente com o fito de endereçar-lhe a Lei Municipal Ordinária nº 2.781 de 22 de outubro de 2025, que

**“INSTITUI O PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL (IATF), NO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores informações, subscrevendo-me.

Atenciosamente.

ALINE DAIANE RUTHES  
IARENHUK DA  
SILVA:00391205978

Assinado de forma digital por ALINE  
DAIANE RUTHES IARENHUK DA  
SILVA:00391205978  
Dados: 2025.10.22 10:37:31 -03'00'

**ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA**  
Prefeita Municipal